

Demonstrações Financeiras

Junho
2016

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50



Cargill[®]

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

O primeiro semestre de 2016 mostrou-se desafiador. A indefinição do cenário político local, somada às incertezas relacionadas ao crescimento global e, por consequência, à liquidez injetada pelos Bancos Centrais de alguns países desenvolvidos, trouxe muita volatilidade aos mercados brasileiros de câmbio e juros. De acordo com o relatório Focus, a expectativa para a taxa de câmbio (R\$/US\$) no final do ano passado iniciou 2016 em R\$ 4,25 e terminou o semestre em R\$ 3,60. Já a expectativa da taxa básica de juros, no mesmo período, variou entre 15,25% a.a. e 13,25% a.a.

Mesmo após o afastamento temporário da Presidente da República, ocorrido em maio deste ano, as incertezas com relação às fontes de crescimento do PIB e à trajetória do IPCA continuaram presentes. Porém, a nova equipe econômica demonstra ter recuperado parte do controle das expectativas, fato demonstrado nos indicadores de confiança de consumidores, empresários e indústria.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o primeiro semestre de 2016 com R\$ 3.513.494 mil em ativos, valor 20% superior ao apresentado no primeiro semestre de 2015. A carteira de crédito isolada apresentou crescimento de 27% atingindo R\$ 2.600.744 mil. Além disso, no primeiro semestre de 2016, houve um prejuízo líquido de R\$ 3.485 mil, gerado principalmente pela provisão para créditos de liquidação duvidosa devido ao cenário econômico adverso. Tais créditos foram renegociados com sucesso.

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, através de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pela credibilidade do grupo em que está inserido e conhecimento do agronegócio.

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. A instituição mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes e políticas do Código de Conduta do Grupo Cargill, um manual baseado em sete Princípios Éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

Em alinhamento com esses princípios e práticas, a Cargill promoveu no primeiro semestre de 2016 o 6º *Learning Journey*: Desafios para Proteção de Florestas, evento que contou com a participação de ONGs, clientes, entidades setoriais e funcionários da Cargill para debater os impactos das mudanças climáticas na produção mundial de alimentos. Na ocasião, a empresa apresentou seus compromissos e metas sobre o tema, consolidados na Política para Florestas da Cargill.

No primeiro semestre de 2016, o Banco Cargill investiu R\$ 1.430 mil por meio de doações para projetos de responsabilidade social. As doações foram feitas para os mais diversificados projetos assistenciais voltados às crianças, através de creches, educação complementar, prevenção e tratamento de câncer infantil, projetos voltados à cultura e ao lazer, com a finalidade de promover a inserção social de jovens, e projetos voltados aos cuidados com idosos e pessoas com necessidades especiais. Tais práticas estão alinhadas aos valores globais do grupo Cargill e têm o objetivo de potencializar a prosperidade nas comunidades em que se inserem.

A Fundação Cargill, criada em 1973, tem sido um agente transformador nas localidades em que atua. Seu foco é a promoção e disseminação de conhecimentos para uma alimentação saudável, segura, sustentável e acessível - um desafio que abraçamos com entusiasmo para abrir novos horizontes diante de uma temática tão importante para os nossos dias.

Nessa jornada, desenvolve programas internos e, em parceria com outras organizações de referência no tema, apoia, de maneira contínua e crescente, projetos transformadores e bem sucedidos, promovendo o aumento da conscientização e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades onde a Cargill atua.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 3.786/09, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 24 de agosto de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS Semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015

Em milhares de reais - R\$

ATIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		3.116.342	2.624.426
Disponibilidades	4	170.278	7.704
Aplicações interfinanceiras de liquidez		6.499	255.699
Aplicações no mercado aberto	5	6.499	255.699
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		720.640	346.286
Carteira própria	6a	239.316	178.893
Vinculados a operações compromissadas	6a	7.011	–
Instrumentos financeiros derivativos	6b	314.568	124.401
Vinculados à prestação de garantias	6a	159.745	42.992
Relações interfinanceiras		6	330
Pagamentos e recebimentos a liquidar		6	3
Créditos vinculados - Banco Central		–	327
Operações de crédito		701.638	779.551
Operações de crédito - setor privado	7	745.854	787.460
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(44.216)	(7.909)
Outros créditos		1.511.124	1.221.996
Carteira de câmbio	8	1.475.214	1.212.193
Negociação e intermediação de valores	6b	2.554	–
Diversos	9	40.059	11.568
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(6.703)	(1.765)
Outros valores e bens		6.157	12.860
Despesas antecipadas		6.157	12.860
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		396.790	313.087
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		215.824	96.022
Carteira própria	6a	51.407	26.130
Instrumentos financeiros derivativos	6b	87.305	18.464
Vinculados à prestação de garantias	6a	77.112	51.428
Relações interfinanceiras		561	167
Créditos vinculados - Banco Central		561	167
Operações de crédito		128.183	182.096
Operações de crédito - setor privado	7	157.844	184.355
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(29.661)	(2.259)
Outros créditos		46.758	34.144
Diversos	9	46.758	34.144
Outros valores e bens		5.464	658
Despesas antecipadas		5.464	658
PERMANENTE		362	362
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de uso	10	248	248
Outras imobilizações de uso		587	554
Depreciação acumulada		(339)	(306)
Intangível		113	113
Ativos intangíveis		113	113
TOTAL DO ATIVO		3.513.494	2.937.875

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		2.696.991	2.258.299
Depósitos	11	129.612	277.302
Depósitos à vista		8.999	4.441
Depósitos a prazo		120.613	272.861
Obrigações por operações compromissadas	12	7.000	465.052
Carteira própria		7.000	465.052
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	502.980	80.284
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		502.980	80.284
Relações interdependências	23a	167.371	4.681
Recursos em trânsito de terceiros		167.371	4.681
Obrigações por empréstimo	14	1.473.290	1.211.407
Empréstimos no exterior		1.473.290	1.211.407
Obrigações por repasses do exterior	15	754	358
Repasses do exterior		754	358
Instrumentos financeiros derivativos	6b	391.691	168.125
Instrumentos financeiros derivativos		391.691	168.125
Outras obrigações		24.293	51.090
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		25	16
Carteira de câmbio	8	734	4
Fiscais e previdenciárias	17a	22.841	28.712
Negociação e intermediação de valores	6b	–	1.082
Diversas	17b	693	21.276
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		370.357	230.534
Obrigações por repasses do exterior	15	256.784	186.156
Repasses do exterior		256.784	186.156
Instrumentos financeiros derivativos	6b	86.401	16.303
Instrumentos financeiros derivativos		86.401	16.303
Outras obrigações		27.172	28.075
Fiscais e previdenciárias	17a	27.172	28.075
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		446.146	449.042
Capital social	19a	321.380	269.473
De domiciliados no país		321.380	269.473
Reservas de lucros		128.574	149.149
Ajustes de avaliação patrimonial		(323)	(934)
Lucros (prejuízos) acumulados		(3.485)	31.354
TOTAL DO PASSIVO		3.513.494	2.937.875

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015

Banco Cargill

Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação

	Nota	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		54.231	380.695
Operações de crédito	21a	38.689	94.928
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21b	33.802	27.809
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21c	(18.260)	15.786
Resultado de operações de câmbio	21d	–	242.172
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(359.167)	(304.615)
Operações de captação no mercado	21e	(50.042)	(41.991)
Operações de empréstimos e repasses	21f	(41.243)	(266.748)
Resultado de operações de câmbio	21d	(236.913)	–
(Provisão) reversão para créditos de liquidação duvidosa	7f	(30.969)	4.124
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(304.936)	76.080
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		298.594	(23.780)
Receitas de prestação de serviços		2	3
Despesas de pessoal	21g	(2.294)	(5.505)
Outras despesas administrativas	21h	(5.994)	(4.928)
Despesas tributárias	21i	(8.226)	(4.801)
Outras receitas operacionais	21j	375.673	274
Outras despesas operacionais	21k	(60.567)	(8.823)
RESULTADO OPERACIONAL		(6.342)	52.300
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(3)	(16)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(6.345)	52.284
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	2.860	(20.930)
Provisão para imposto de renda		(5.965)	(13.701)
Provisão para contribuição social		(4.784)	(8.232)
Ativo fiscal diferido		13.609	1.003
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE		(3.485)	31.354
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		321.379.589	268.919.589
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO NO FIM DO SEMESTRE - R\$1,00		(0,01)	0,12

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	268.920	-	9.123	140.026	(205)	-	417.864
Aumento de capital	-	553	-	-	-	-	553
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(729)	-	(729)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	31.354	31.354
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	268.920	553	9.123	140.026	(934)	31.354	449.042
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	268.920	52.460	11.466	117.108	(462)	-	449.492
Aumento de capital	52.460	(52.460)	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	139	-	139
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(3.485)	(3.485)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	321.380	-	11.466	117.108	(323)	(3.485)	446.146

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015



Banco Cargill

Em milhares de reais - R\$

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(143.249)	(43.884)
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	24.664	49.140
Lucro líquido (prejuízo) dos semestres antes do imposto de renda e contribuição social	(6.345)	52.284
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	30.969	(4.124)
Provisão para contingências	–	944
Depreciação	37	36
Outras despesas não operacionais	3	–
Variação de ativos e obrigações	(167.913)	(93.024)
Aumento de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(327.627)	(194.001)
(Aumento) redução de operações de crédito	325.981	(30.179)
(Aumento) redução de outros créditos	470.905	(117.092)
(Aumento) redução de outros valores e bens	5.612	(8.646)
Variação líquida em relações interfinanceiras e interdependências	112.858	(2.732)
Aumento (redução) de depósitos	(358.596)	99.469
Aumento de operações compromissadas	7.000	320.678
Redução de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(12.822)	(346.192)
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos	(353.025)	111.872
Aumento (redução) de obrigações por repasses do exterior	(16.321)	26.854
Aumento de instrumentos financeiros derivativos	110.230	43.565
Aumento (redução) de outras obrigações	(126.629)	15.372
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.479)	(11.992)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(76)	–
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(76)	–
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(143.325)	(43.884)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	320.102	307.287
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	176.777	263.403
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(143.325)	(43.884)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento e de câmbio.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 24 de agosto de 2016.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento inferior a 90 dias na data da aplicação.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

Em milhares de reais - R\$

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela BM&FBOVESPA. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(f) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(g) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(h) Permanente

É demonstrado considerando os seguintes aspectos:

- Outros investimentos são demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando a vida útil e econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Provisões - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes - Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Obrigações legais - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(l) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades	170.278	7.704
Aplicações no mercado aberto (nota 5)	6.499	255.699
Total de caixa e equivalentes de caixa	176.777	263.403

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Papel/vencimento	Até 90 dias	Até 90 dias
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.499	255.699

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**(a) Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e as ações de companhias abertas estão custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2016 e de 2015, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	2016							
	Valor de mercado							Ajuste a mercado
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total	Valor de curva	
Carteira própria								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	226.823	12.313	-	51.407	290.543	290.777	(234)
Ações de companhias abertas	180	-	-	-	-	180	10	170
	180	226.823	12.313	-	51.407	290.723	290.787	(64)
Vinculados a compromisso de recompra								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	7.011	-	-	7.011	7.037	(26)
Vinculados à prestação de garantias								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	19.324	140.421	77.112	236.857	237.354	(497)
	180	226.823	38.648	140.421	128.519	534.591	535.178	(587)

Papel/vencimento	2015							
	Valor de mercado							Ajuste a mercado
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total	Valor de curva	
Carteira própria								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	79.959	53.618	45.199	26.130	204.906	205.684	(778)
Ações de companhias abertas	117	-	-	-	-	117	10	107
	117	79.959	53.618	45.199	26.130	205.023	205.694	(671)
Vinculados à prestação de garantias								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	42.992	-	51.428	94.420	95.305	(885)
	117	79.959	96.610	45.199	77.558	299.443	300.999	(1.556)

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi uma perda de R\$ 587 (perda de R\$ 1.556 em 2015), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 323 de perda (perda de R\$ 934 em 2015), líquidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2016 e de 2015, as ações de companhias abertas são compostas por 10.000 ações da BM&FBOVESPA.

Em milhares de reais - R\$

(b) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, libor, real e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&FBOVESPA, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários e contratos de balcão registrados na CETIP S.A., também avaliados pelo valor de mercado.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos

• Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	2016				
	Valor de mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:					
Swap	27.039	13.950	37.091	18.089	96.169
Contratos a termo	114.643	11.377	55.361	69.216	250.597
Opções	41.629	13.478	—	—	55.107
	<u>183.311</u>	<u>38.805</u>	<u>92.452</u>	<u>87.305</u>	<u>401.873</u>
Posição passiva:					
Swap	27.039	13.768	36.727	16.341	93.875
Contratos a termo	232.665	8.410	58.655	70.060	369.790
Opções	11.841	2.586	—	—	14.427
	<u>271.545</u>	<u>24.764</u>	<u>95.382</u>	<u>86.401</u>	<u>478.092</u>
	2015				
	Valor de mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:					
Swap	10.281	—	5.291	13.686	29.258
Contratos a termo	29.866	23.306	55.006	4.778	112.956
Opções	651	—	—	—	651
	<u>40.798</u>	<u>23.306</u>	<u>60.297</u>	<u>18.464</u>	<u>142.865</u>
Posição passiva:					
Swap	27.030	2.484	4.557	11.174	45.245
Contratos a termo	48.632	25.122	56.672	5.129	135.555
Opções	3.628	—	—	—	3.628
	<u>79.290</u>	<u>27.606</u>	<u>61.229</u>	<u>16.303</u>	<u>184.428</u>

• Contratos de Swap

Indexador	2016					
	Valor de referência	Valor de mercado			Valor de curva	Ganho (Perda)
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida		
Dólar x CDI	419.336	386.858	464.391	(77.533)	(72.554)	(4.979)
CDI x Dólar	419.336	464.921	386.841	78.080	72.796	5.284
Libor x CDI	246.288	260.938	273.049	(12.111)	(8.740)	(3.371)
CDI x Libor	246.288	274.796	260.938	13.858	8.996	4.862
	<u>1.331.248</u>	<u>1.387.513</u>	<u>1.385.219</u>	<u>2.294</u>	<u>498</u>	<u>1.796</u>

Indexador	2015					
	Valor de referência	Valor de mercado			Valor de curva	Ganho (Perda)
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida		
Dólar x CDI	206.299	229.217	217.490	11.727	13.984	(2.257)
CDI x Dólar	278.867	300.442	330.893	(30.451)	(33.858)	3.407
Libor x CDI	226.424	248.751	255.367	(6.616)	(6.305)	(311)
CDI x Libor	226.424	257.878	248.751	9.127	6.532	2.595
Dólar x Pré	94.960	1.808	1.582	226	-	226
	<u>1.032.974</u>	<u>1.038.096</u>	<u>1.054.083</u>	<u>(15.987)</u>	<u>(19.647)</u>	<u>3.660</u>

Os contratos de Swap são negociados em Balcão e registrados na CETIP S.A.

• Contratos de operações a termo

Tipo	2016				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	3.336.755	1.560	367.232	(365.672)	(471.764)
Venda - Dólar	<u>2.388.502</u>	<u>249.037</u>	<u>2.558</u>	<u>246.479</u>	<u>345.391</u>
	<u>5.725.257</u>	<u>250.597</u>	<u>369.790</u>	<u>(119.193)</u>	<u>(126.373)</u>

Tipo	2015				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.286.700	100.886	8.064	92.822	24.349
Venda - Dólar	<u>1.303.591</u>	<u>12.070</u>	<u>127.491</u>	<u>(115.421)</u>	<u>(42.896)</u>
	<u>2.590.291</u>	<u>112.956</u>	<u>135.555</u>	<u>(22.599)</u>	<u>(18.547)</u>

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na CETIP S.A.

• Contratos de opções

	Contraparte	Local de negociação	2016			
			Valor de referência	Valor do prêmio	Valor de mercado	Ganho (Perda)
Compra de Opção de Compra - Dólar	CETIP	Balcão	10.000	160	5	(155)
Compra de Opção de Compra - Dólar	BMF&BOVESPA	Bolsa	173.050	(2.734)	-	2.734
Compra de Opção de Venda - Dólar	CETIP	Balcão	1.900	39	262	223
Compra de Opção de Venda - Dólar	BMF&BOVESPA	Bolsa	<u>709.238</u>	<u>(21.388)</u>	<u>54.840</u>	<u>76.228</u>
			<u>894.188</u>	<u>(23.923)</u>	<u>55.107</u>	<u>79.030</u>
Venda de Opção de Compra - Dólar	CETIP	Balcão	10.000	491	(5)	(496)
Venda de Opção de Compra - Dólar	BMF&BOVESPA	Bolsa	709.238	(19.555)	(4.013)	15.542
Venda de Opção de Venda - Dólar	CETIP	Balcão	1.900	82	(262)	(344)
Venda de Opção de Venda - Dólar	BMF&BOVESPA	Bolsa	<u>173.050</u>	<u>(2.734)</u>	<u>(10.147)</u>	<u>(7.413)</u>
			<u>894.188</u>	<u>(21.716)</u>	<u>(14.427)</u>	<u>7.289</u>
			<u>1.788.376</u>	<u>(45.639)</u>	<u>40.680</u>	<u>86.319</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
De 30 de junho de 2016 e de 2015

Em milhares de reais - R\$

		2015				
	Contraparte	Local de negociação	Valor de referência	Valor do prêmio	Valor de mercado	Ganho (Perda)
Compra de Opção de Compra - Dólar	CETIP	Balcão	27.425	1.330	262	(1.068)
Compra de Opção de Compra - Dólar	BMF&BOVESPA	Bolsa	30.250	(465)	389	854
			57.675	865	651	(214)
Venda de Opção de Compra - Dólar	CETIP	Balcão	71.450	(1.678)	(3.628)	(1.950)
			129.125	(813)	(2.977)	(2.164)

• Contratos futuros

2016					
Tipo	Valor de referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	—	—	—	668	668
Venda DI1	946.775	250.203	362.640	353.453	1.913.071
Cupom cambial:					
Compra DDI	670.961	105.201	—	—	776.162
Venda DDI	644.029	—	180.933	—	824.962
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	831.338	—	—	—	831.338
Venda DOL	1.082.907	—	—	—	1.082.907
	4.176.010	355.404	543.573	354.121	5.429.108

2015					
Tipo	Valor de referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	2.931	—	—	—	2.931
Venda DI1	188.230	143.963	527.020	310.302	1.169.515
Cupom cambial:					
Compra DDI	—	97.411	45.753	—	143.164
Venda DDI	12.560	—	36.792	—	49.352
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	56.106	—	—	—	56.106
	259.827	241.374	609.565	310.302	1.421.068

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na BM&FBovespa. O valor do ajuste a receber em 30 de junho de 2016 é de R\$ 2.554 (ajuste a pagar de R\$ 1.082 em 2015), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

(a) Por tipo de operação

Descrição	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.691.948	65,06	1.071.698	52,44
Financiamentos à exportação	786.059	30,22	850.189	41,61
Empréstimos	117.639	4,52	121.626	5,95
Outros	5.098	0,20	—	—
	2.600.744	100,00	2.043.513	100,00
Operações de crédito - Circulante	745.854	28,68	787.460	38,54
Operações de crédito - Longo prazo	157.844	6,06	184.355	9,02
Carteira de câmbio - Circulante	1.691.948	65,06	1.071.698	52,44
Outros créditos - Circulante	5.098	0,20	—	—

(b) Por vencimento

Descrição	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	107.141	4,12	14.857	0,73
A vencer até 3 meses	417.150	16,04	299.880	14,67
A vencer de 3 a 12 meses	1.918.609	73,77	1.544.421	75,58
A vencer de 1 a 3 anos	94.491	3,63	184.355	9,02
A vencer de 3 a 5 anos	63.353	2,44	—	—
	<u>2.600.744</u>	<u>100,00</u>	<u>2.043.513</u>	<u>100,00</u>

(c) Por setor de atividade

Descrição	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.191.269	45,80	1.087.163	53,20
Indústria	630.715	24,25	450.429	22,04
Comércio	326.439	12,55	356.533	17,45
Outros serviços	452.321	17,40	149.388	7,31
	<u>2.600.744</u>	<u>100,00</u>	<u>2.043.513</u>	<u>100,00</u>

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 30 de junho de 2016 e de 2015 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	2016		2015	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.619.095	—	1.070.929	—
Operações de crédito - Empréstimos	14.144	—	—	1.211.407
Empréstimos no exterior - Exportação	—	1.407.016	—	—
CDB - Vinculado	—	14.104	—	—
	<u>1.633.239</u>	<u>1.421.120</u>	<u>1.070.929</u>	<u>1.211.407</u>

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	2016				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da provisão
AA	1.330.752	—	1.330.752	51,17	—
A	888.170	—	888.170	34,15	4.441
B	17.201	8.441	25.642	0,99	256
C	43.154	55.211	98.365	3,78	2.951
D	80.994	12.395	93.389	3,59	9.339
E	112.639	6.163	118.802	4,57	35.641
F	20.693	—	20.693	0,80	10.346
G	—	24.416	24.416	0,94	17.091
H	—	515	515	0,02	515
	<u>2.493.603</u>	<u>107.141</u>	<u>2.600.744</u>	<u>100,00</u>	<u>80.580</u>

Nível	2015				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da provisão
AA	907.063	—	907.063	44,39	—
A	1.023.062	—	1.023.062	50,06	5.115
B	71.987	7.426	79.413	3,89	794
C	21.729	—	21.729	1,06	652
D	—	2.839	2.839	0,14	284
F	4.046	4.592	8.638	0,42	4.319
H	769	—	769	0,04	769
	<u>2.028.656</u>	<u>14.857</u>	<u>2.043.513</u>	<u>100,00</u>	<u>11.933</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
De 30 de junho de 2016 e de 2015

Em milhares de reais - R\$

(f) **Movimentação da provisão para operações de crédito**

Descrição	2016	2015
Saldo inicial	67.092	16.057
Constituição	40.122	2.594
Reversão	(9.153)	(6.718)
Baixa para prejuízo	(17.481)	—
Saldo final	80.580	11.933
Operações de crédito - Circulante	44.216	7.909
Operações de crédito - Longo prazo	29.661	2.259
Outros créditos - Circulante	6.703	1.765

No semestre findo em 30 de junho de 2016 foram recuperados R\$ 145 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 126 em 2015), e renegociados créditos no montante de R\$ 171.071 (R\$ 1.981 em 2015).

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	2016	
	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	1.425.579	—
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	48.887	—
Direito sobre venda de câmbio	748	—
Câmbio vendido a liquidar	—	734
Obrigações por compra de câmbio	—	1.643.061
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	—	(1.643.061)
Circulante	1.475.214	734

Descrição	2015	
	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	1.180.932	—
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	31.257	—
Direito sobre venda de câmbio	4	—
Câmbio vendido a liquidar	—	4
Obrigações por compra de câmbio	—	1.040.441
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	—	(1.040.441)
Circulante	1.212.193	4

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Descrição	2016	2015
Devedores por depósitos em garantia (nota 18a)	27.172	27.172
Créditos tributários (nota 16c)	50.536	14.266
Títulos e créditos a receber (nota 7a)	5.098	—
Impostos e contribuições a compensar	3.688	—
Adiantamentos e antecipações salariais	100	63
Outros	223	4.211
	86.817	45.712
Circulante	40.059	11.568
Longo prazo	46.758	34.144

10. IMOBILIZADO

Descrição	2016				2015
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso	10	13	13	—	4
Sistema de processamento de dados	20	166	162	4	8
Sistema de transporte	20	408	164	244	236
		587	339	248	248

11. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	2016				
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Depósitos a prazo de 91 a 180 dias	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Total
Sociedades ligadas	8.441	8.180	4.285	94.716	115.622
Indústria, comércio e serviços	179	1.751	11.681	–	13.611
Pessoas físicas	379	–	–	–	379
	<u>8.999</u>	<u>9.931</u>	<u>15.966</u>	<u>94.716</u>	<u>129.612</u>

Segmento de mercado	2015				
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Depósitos a prazo de 91 a 180 dias	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Total
Sociedades ligadas	3.382	2.963	78.341	84.769	169.455
Indústria, comércio e serviços	349	4	94.810	10.113	105.276
Pessoas físicas	710	–	1.861	–	2.571
	<u>4.441</u>	<u>2.967</u>	<u>175.012</u>	<u>94.882</u>	<u>277.302</u>

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Carteira própria	2016	2015
	Até 90 dias	Até 90 dias
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.000	–
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	–	349.927
Cédula de Produto Rural - CPR	–	115.125
	<u>7.000</u>	<u>465.052</u>

As operações compromissadas envolvendo os títulos de renda fixa CCE e CPR são regulamentadas pela Resolução CMN nº 3.339/06, que estão vinculadas às operações de crédito. Esses títulos estavam custodiados na CETIP S.A.

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título emitido	2016			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	<u>157.104</u>	<u>53.081</u>	<u>292.795</u>	<u>502.980</u>

Título emitido	2015			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	<u>70.691</u>	<u>9.593</u>	<u>80.284</u>	

Letras de Crédito do Agronegócio referem-se à captação com taxa de juros pós-fixado de 87% a 95% da variação do DI (90% a 94,5% em 2015) e taxa de juros pré-fixado de 13,9% a 15,1% (10% a 11,24% em 2015).

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	2016			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	<u>372.306</u>	<u>623.174</u>	<u>477.810</u>	<u>1.473.290</u>

Obrigações em moeda estrangeira	2015			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	<u>327.536</u>	<u>290.134</u>	<u>593.737</u>	<u>1.211.407</u>

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se à captação com variação cambial e taxas de juros de 1,51% a.a. a 9% a.a. (2,95% a.a. a 9% a.a. em 2015).

Em milhares de reais - R\$

15. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	2016		
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasse do exterior	754	256.784	257.538

Obrigações em moeda estrangeira	2015		
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasse do exterior	358	186.156	186.514

Obrigações por repasse do exterior referem-se a captações com variação cambial e taxas de juros de 1,53% a.a. (1,03% a.a. em 2015).

16. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	2016	2015
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	(6.345)	52.284
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45% (40% até Agosto/15)	2.855	(20.914)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(13)	(35)
Outros	18	19
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	2.860	(20.930)

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos e passivos fiscais correspondentes.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/06 e CMN nº 4.192/13, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/15.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	30/06/2016
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	44	41	(8)	77
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	12.701	30.981	(21.694)	21.988
Total	12.745	31.022	(21.702)	22.065

(c) Ativo fiscal diferido

• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	30/06/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.191	18.055	(11.985)	36.261
Operações em prejuízo	-	7.866	-	7.866
Ajuste a valor de mercado de títulos públicos	423	247	(329)	341
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.066	2	-	6.068
Total dos créditos registrados	36.680	26.170	(12.314)	50.536

• Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	12.825	10.260	23.085
Até 2 anos	5.432	4.345	9.777
Até 3 anos	2.671	2.137	4.808
Até 4 anos	2.232	1.785	4.017
Até 5 anos	1.547	1.236	2.783
Acima de 5 anos	6.066	-	6.066
Total	30.773	19.763	50.536

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 36.376 (R\$ 9.108 em 2015), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES**(a) Fiscais e previdenciárias**

Descrição	2016	2015
Provisão para riscos fiscais (nota 18a)	27.172	27.172
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16b)	22.065	1.406
Impostos e contribuições sobre salários	433	502
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	25	10
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	–	27.118
Outros	318	579
	<u>50.013</u>	<u>56.787</u>
Circulante	22.841	28.712
Longo prazo	27.172	28.075

(b) Diversas

Descrição	2016	2015
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 20)	52	17.371
Despesas de pessoal	413	3.556
Processamento de dados	17	66
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	145	87
Publicações	57	57
Serviços técnicos especializados	–	100
Outros	9	39
	<u>693</u>	<u>21.276</u>
Circulante	693	21.276

18. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS**(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações nos semestres de 2016 e de 2015**

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3k.

Descrição	2016	2015
Saldo da provisão no início do semestre	27.172	27.444
Reversão	–	(272)
Saldo da provisão no fim do semestre	<u>27.172</u>	<u>27.172</u>

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 30 de junho de 2016 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em 2015).

O Banco obteve sentença favorável em 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a decisão de 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região transitou em julgado em 22/01/2013. Em 25/11/2013, após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento integral dos depósitos judiciais efetuados, o que foi negado pelo juiz. Da decisão que indeferiu o pedido, o Banco ingressou com recurso e aguarda decisão judicial definitiva quanto à autorização para levantamento do montante depositado.

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao FGTS e ao INSS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Ainda em relação à contribuição ao FGTS, o Banco questiona o aumento da alíquota instituído pela Lei Complementar nº 110/01. No primeiro semestre de 2016 as provisões totalizaram R\$ 1.070 (R\$ 1.070 em 2015).

O Banco questiona o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrido a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos exercícios de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 30 de junho de 2016 as provisões totalizaram R\$ 2.910 (R\$ 2.910 em 2015).

Em milhares de reais - R\$

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Depósitos judiciais		Valores provisionados	
	2016	2015	2016	2015
CSLL	2.910	2.910	2.910	2.910
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	260	260	260	260
INSS	810	810	810	810
	<u>27.172</u>	<u>27.172</u>	<u>27.172</u>	<u>27.172</u>

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: auto de infração lavrado para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 17.372 (R\$ 15.520 em 2015).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 321.379.589 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

O Banco Central do Brasil homologou em 26 de abril de 2016 o aumento de capital no montante de R\$ 52.460, com emissão de 52.460.000 ações ordinárias nominativas, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2015.

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

(c) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(d) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado à reserva estatutária.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 o Banco mantém ou manteve operações com as seguintes partes relacionadas:

Depósitos à vista: Cargill Agrícola S.A., TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., Cargill Agro Ltda., Cargill Participações Ltda., Cargill Brasil Participações Ltda., Fundação Cargill, Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. e SJC Bioenergia S.A.

Depósitos a prazo: Cargill Agrícola S.A., Cargill Agro Ltda., Cargill Alimentos Ltda. e SJC Bioenergia S.A.

Obrigações por empréstimos: Cargill Global Funding PLC e Cargill Financial Services International Inc.

Obrigações por repasses do exterior: Cargill Financial Services International Inc.

Operações a termo: Cargill Agrícola S.A., TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., Cargill Alimentos Ltda., SJC Bioenergia S.A. e Central Energética Vale do Sapucaí Ltda.

Valores a pagar/serviços técnicos especializados: Cargill Agrícola S.A. e Cargill Financial Services International Inc.

Os valores apurados para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 foram:

Descrição	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos à vista	(8.441)	(3.382)	-	-
Depósitos a prazo	(107.181)	(166.073)	(3.604)	(3.001)
Obrigações por empréstimos	(1.473.290)	(1.211.407)	(39.251)	(238.898)
Obrigações por repasses do exterior	(257.538)	(186.514)	(1.992)	(27.850)
Operações a termo	(67.632)	(14.794)	(187.283)	(7.832)
Valores a pagar/serviços técnicos especializados	(52)	(17.371)	(1.869)	(2.179)

21. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	2016	2015
Rendas de financiamentos a exportação	28.070	82.117
Rendas de empréstimos	10.474	12.685
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	145	126
	<u>38.689</u>	<u>94.928</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2016	2015
Títulos de renda fixa	20.870	10.514
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.932	17.295
	<u>33.802</u>	<u>27.809</u>

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2016	2015
Contratos futuros	181.417	19.912
Contratos de operações a termo	(244.996)	11.479
Swap	(4.432)	(12.221)
Contratos de opções	49.751	(3.384)
	<u>(18.260)</u>	<u>15.786</u>

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	2016	2015
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	33.577	9.128
Depósito a prazo - CDB	15.828	12.505
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	615	302
Operações compromissadas - carteira própria	22	20.042
Depósitos interfinanceiros	—	14
	<u>50.042</u>	<u>41.991</u>

(e) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2016	2015
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	39.251	238.898
Despesas com repasses do exterior	1.992	27.850
	<u>41.243</u>	<u>266.748</u>

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2016	2015
Resultado com variação cambial	(278.723)	202.951
Resultado de operações de câmbio	40.208	37.808
Outros	1.602	1.413
	<u>(236.913)</u>	<u>242.172</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2016	2015
Proventos	1.616	4.829
Encargos sociais	565	582
Benefícios	104	91
Outros	9	3
	<u>2.294</u>	<u>5.505</u>

Em milhares de reais - R\$

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2016	2015
Serviços técnicos especializados	2.176	2.340
Contribuições e Doações	1.430	766
Serviços do sistema financeiro	1.032	586
Processamento de dados	834	812
Contribuição sindical patronal	86	86
Emolumentos judiciais e cartorários	80	2
Contribuição entidades de classe	73	86
Publicações	63	63
Aluguel	51	51
Viagens	45	27
Depreciações	37	36
Outros	87	73
	<u>5.994</u>	<u>4.928</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	2016	2015
Contribuição à COFINS	4.855	4.064
Contribuição ao PIS	866	704
CIDE	1.622	–
ISS	811	–
Outros	72	33
	<u>8.226</u>	<u>4.801</u>

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2016	2015
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	374.182	–
Reversão de provisões operacionais	–	272
Outros	1.491	2
	<u>375.673</u>	<u>274</u>

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2016	2015
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	39.257	–
Despesas de comissões	21.036	8.049
Descontos concedidos em operações de créditos	98	692
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	90	69
Outros	86	13
	<u>60.567</u>	<u>8.823</u>

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Governança corporativa

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando ao crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por todas as áreas (Crédito, Comercial e Pós-Venda), tendo-se como base a política de crédito e os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 3.464/07, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e subordinada ao Presidente do Banco e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de risco de mercado.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes a sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nºs 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de stress.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados ao risco de liquidez, que são periodicamente reavaliados, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

A Alta Administração do Banco Cargill deve garantir a instalação do processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(g) Índice de Basileia

Descrição	2016	2015
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.482.031	2.022.022
Patrimônio de Referência (PR)	446.146	449.041
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	251.155	225.571
Valor total da parcela RBAN	6.054	3.149
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	194.991	223.470
Índice de Basileia - (PR ÷ RWA)	17,98%	22,21%
Índice de Basileia Amplo (PR - RBAN * F) ÷ RWA	17,54%	21,90%
Fator "F"	9,875%	11%

Conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CMN nº 3.263/05 o Fator "F" vigente para o ano de 2016 é de 9,875% (11% em 2015). A Resolução ainda prevê a partir de 2017 reduções de 0,625% até 2019, quando o Fator "F" será de 8%.

Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de risco está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico: www.bancocargill.com.br.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES
(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 167.371 (R\$ 4.681 em 2015) refere-se na sua totalidade a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

O Banco mantém para seus funcionários dois planos de previdência complementar, o primeiro para os funcionários contratados até 31 de dezembro de 2009 e o segundo para os funcionários contratados a partir de 1º de janeiro de 2010, administrados pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela Previdência Social (INSS). Trata-se de, respectivamente, um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, o primeiro possuindo uma parcela de benefício definido extensivo a todos os funcionários cobertos e uma parcela opcional de contribuição definida (os funcionários podem realizar contribuições que variam de 0,10% a 10% do salário bruto), com uma contrapartida de 100% e, o segundo, por se tratar de um plano de contribuição definida, é opcional também a participação do funcionário podendo o mesmo realizar contribuições que variam de 0,10% a 7,50% da parcela do salário que exceder a R\$ 2,5 (Dois mil e quinhentos reais) com uma contrapartida de 150%. O volume financeiro vertido para os planos durante o primeiro semestre de 2016 foi de R\$ 51 (R\$ 50 em 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2016 e de 2015

Em milhares de reais - R\$

O Banco também oferece um plano de previdência complementar com finalidade específica administrado da mesma forma pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida e tem como objetivo o pagamento de benefícios assistenciais no momento da aposentadoria.

(i) Superavit do plano

Plano de aposentadoria

2016	2015
1.481	1.481

(ii) Principais hipóteses atuariais

Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial

Taxa de desconto nominal

Taxa de aumento nominal do salário

Taxa estimada de inflação no longo prazo

Hipóteses usadas para determinar a despesa/receita a ser reconhecida

Taxa de desconto nominal

Taxa de aumento nominal do salário

Taxa estimada de inflação no longo prazo

Tábua de mortalidade

2016	2015
13,04%	13,04%
8,46%	8,46%
5,30%	5,30%
12,31%	12,31%
8,97%	8,97%
5,80%	5,80%
AT-2000	AT-2000

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

A DIRETORIA

Marcelo Pongeluppi - Contador - CRC 1SP212314/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas do

Banco Cargill S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 30 de junho de 2016 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 24 de agosto de 2016

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4



Luz Publicidade



Banco Cargill

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 – 8º andar
CEP: 04711-130 - São Paulo – SP - Brasil
Morumbi Corporate – Torre Diamond
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria@bancocargill.com.br
www.bancocargill.com.br